

Esvaziada do conteúdo polêmico, mediante negociação política no Congresso, a rolagem da dívida dos estados e municípios foi finalmente aprovada ontem pelo Senado. A solução não podia ser retardada sem comprometer o próprio conceito de federação, atrofiada pelo longo período autoritário. As normas viabilizam o pagamento de dívidas irresponsáveis, que se acumularam por absoluta impossibilidade financeira de serem quitadas. Más administrações e a persistência da inflação se juntaram numa obra de irresponsabilidade política.

A solução de compromisso foi, de qualquer forma, um marco na evolução política brasileira: possibilita o pagamento dos débitos contraídos por sucessivas administrações estaduais e municipais com a União, num escalonamento que alcança cinco governos e não facilita retaliações por capricho político. Por último, mas não menos importante, vem aliviar as administrações de estados e municípios para fazer obras. O lado perverso é que, de alguma forma, ajuda os inadimplentes e pune os administradores que não recorreram ao endividamento com a intenção oculta de não honrá-lo.

O fato é que a situação era insustentável: as dívidas inflacionadas impossibilitavam os governos encalacrados de obter novos recursos para tocar obras. O reescalonamento viabiliza a amortização do débito e solta as mãos das administrações estaduais e municipais amarradas pelo comprometimento com o serviço da dívida (os juros). O prazo de vinte anos mostra que o acordo não beneficia apenas os atuais governantes e os partidos que estão com o mando político.

A perversidade desse saneamento é que o vácuo

na distribuição de forças políticas amplia a margem de manobra dos donatários de áreas de atraso político e econômico. Como a representação política nacional não está estruturada em torno de uma real maioria, cada episódio que depende de votação no Congresso obrigará o governo a leiloar favores políticos por votos. E esse jogo retrógrado não é da conveniência democrática.

A solução encontrada isentou o governo da necessidade de emitir dinheiro, como é praxe na administração brasileira. Não adiantava o sacrifício feito pelo governo federal. Os rombos nas administrações de estados e municípios são insaciáveis. Houve governantes estaduais e municipais que foram se endividar no exterior, depois que esgotaram o horizonte doméstico. Não recolhiam o FGTS nem as contribuições previdenciárias, o que sobrecarregava o governo federal, obrigando-o a emitir para cobrir a diferença. São Paulo, que é o estado mais rico, há dois anos não paga à Eletrobrás a energia elétrica com a qual produz. Essas dívidas acumuladas são oriundas de empréstimos na Caixa Econômica (e no extinto BNH), no Banco do Brasil e no BNDES.

São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro têm as maiores dívidas porque as suas economias têm maior peso e, assim, comportavam maior carga de endividamento. Agora que o Senado sacramentou a acomodação política, é tocar para a frente e criar obstáculos à repetição irresponsável de endividamento de estados e municípios. A derrubada definitiva da inflação garantirá a transparência para permitir ao eleitor, a olho nu, ver todas as manobras e manifestar a sua discordância na voz e no voto. Será o Brasil que tardou mas está a caminho.